

Tragédia educacional

A educação fundamental no Brasil resvalou para tão baixos planos de desempenho que será até suave qualificá-la de *vergonha nacional*, como é costume registrar-se em estudos e pronunciamentos de educadores. Agora, só a expressão *tragédia* é capaz de situá-la com precisão na escala dos valores morais. Pelo menos, é a constatação final que resulta de pesquisa realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação.

Para se formar idéia segura sobre o lastimável estado de depreciação do ensino básico público, basta dizer que apenas 1% dos alunos da última série do 2º Grau possui conhecimentos satisfatórios de língua portuguesa. Em matemática, apenas 3,7% saem do 2º Grau habilitados a realizar as quatro operações e estabelecer projeções percentuais. É um indício de que o sistema evoluirá, de forma inevitável, para estágio terminal, caso reformas estruturais não sejam introduzidas com a maior urgência possível.

Constitui grave denúncia à negligência com que o Brasil cuida da educação o fato de apenas 1% dos alunos em final do secundário compreender o uso da linguagem quanto à identificação de causas e efeitos. A mesma percentagem se aplica àqueles capacitados a distinguir elementos como a ironia ou o humor lançados nos textos. No Norte e Nordeste, o percentual desce ao patamar crítico de 0,5%.

Os traços dramáticos do ensino funda-

mental estampam uma realidade impossível de ser alterada, a não ser pela noção de que a eficiência educacional é a única forma de garantir o ingresso do Brasil no quadro das nações desenvolvidas. Para tanto, não bastam os diagnósticos, como o que acaba de produzir o Saeb, com inegável competência, todavia.

Não se fala em outra coisa no Brasil senão na necessidade de modernizá-lo, a fim de oferecer-lhe as condições básicas para competir em um mundo envolvido por rápido e trepidante processo de globalização. O contrário disso seria condená-lo a uma posição periférica, quer dizer, de empobrecimento perene e progressivo. Mas não será possível alcançar avanços estratégicos em tal direção enquanto persistir o quadro desesperador da educação.

E a mudança exige a modernização do ensino público gratuito, cujos pressupostos não são apenas a atualização dos processos pedagógicos e novas técnicas no uso dos meios didáticos.

Fundamental é tornar viável a qualificação permanente dos professores, atribuir-lhes salários dignos, aparelhar as escolas e informatizá-las, multiplicar as bibliotecas e torná-las mais acessíveis, dar assistência aos alunos para além do ensino propriamente dito, entre outras diretrizes. Quanto à assistência aos estudantes, basta a constatação de que, em muitos casos, as repetências decorrem de causas físicas, de que é exemplo a miopia diagnosticada entre repetentes de algumas escolas de Brasília.